

MARCAS MEDIEVAIS

/ Textos e promessas

Jerusa Dires Ferreira

Há anos, muitos anos, o inesquecível M. Cavalcanti Proença deu um curso, no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, em que enfocava ciclos medievais no universo do sertão, como parte de uma perspectiva mais ampla sobre o Cangaço, organizada por Aderaldo Castello.

Ali ele confirmava a presença da gesta guerreira e dava relevo a duas matrizes vivas do imaginário do sertão: o ciclo de narrativas de Carlos Magno e uma outra que trazia, de modo difuso, subliminar e mesmo fragmentário, a presença de textos como a *Demanda do Santo Graal*, pertencente ao conjunto de textos arturianos e de encantamento, como mais tarde eu chegaria a definir, a partir de observações feitas, em alguns dos meus trabalhos.

No caso da matéria carolíngia, sabemos da importância que tem a presença dos materiais que trazem o rei corpóreo e vivo – Carlos Magno, complexa figura que representou uma espécie de assentamento da cristandade, unidade e conversão. Trabalhos importantes de vários pesquisadores brasileiros como os de Marlyse Meyer, Duglas Teixeira Monteiro, entre outros, nos fizeram ver o que significou esta figura na construção de nossos textos populares, em suas extensões e performatizações sucessivas.

Assim, a presença do combate guerreiro, as situações concretas da gesta europeia, recuperadas a nosso modo e dimensão, guardando no entanto uma grande fidelidade a suas matrizes textuais, ao longo dos tempos, e dando origem a tantos folguedos populares, encenações, recriações de pequenos atos épicos, e até marcando presença nas encantarias e nos ritos de origem africana, como se pode acompanhar nos trabalhos de Mundicarmo Ferretti.

Num belo livro, sempre atual, *Visão do Paraíso*, Sergio Buarque de Holanda (São Paulo, Cia Editora Nacional, Edusp, 2 ed. 1969) nos lembra o patrimônio de memória, narrativas e fábulas na bagagem do colonizador. Coloca fora de dúvida a presença dos romances medievais como o de Alexandre, ou os livros de cavalaria – Amadises (Sergas de Espandián, Lisuarte de Grécia etc.) como fundadores de algumas concepções de identificação do novo mundo ao paraíso. Diz que os romances de cavalaria constituíram a leitura direta e a inspiração de muitos conquistadores espanhóis.

Em nosso caso, de algum modo, a literatura de Cavalaria foi um lastro para o imaginário guerreiro mas em condições, creio, diferentes das aí mencionadas.

Câmara Cascudo se pergunta qual a razão de ter desaparecido a prole invencível de Amadis de Gaula, a dinastia dos Palmeirins, Tirante el Blanco e outros, tendo permanecido apenas no repertório do Brasil colônia e até os nossos dias as histórias de Carlos Magno e de seus pares de França.

Já nos dizia Edson Carneiro que Carlos Magno e seus barões glorificados nas canções de gesta vivem no Brasil, onde chegaram não nas asas da poesia mas nas páginas da Estória em Prosa, que figura entre os poucos livros que o povo lê e leu. Eu acrescentaria leu, viu e ouviu.

Trata-se, como todos sabem, da *História do Imperador Carlos Magno*, novela portuguesa tardia, (diz-se traduzida mas é recriada) já popular por acento e destino, assinada por Jeronymo Moreira de Carvalho e que teve incontáveis edições entre nós, servindo de matriz direta para a construção de um conjunto de folhetos e de toda uma representação visual do tema.

A outra vertente apontada foi a do herói singular, bem diferente da gesta medieval e guerreira, tão assentada no repertório cortês, dos torneios e justas, dos perigos mal assombrados e das relações com o outro mundo: o mundo sobrenatural, a herança da Demanda do Santo Graal – O rei Artur nebuloso e desaparecido, na seqüência de desafios e provas a vencer, reis e reinos encantados, de afinidades incontestáveis com D. Sebastião, e o sebastianismo.

Diz-nos Entwistle, em seu estudo clássico, *A lenda arturiana na Península Ibérica* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1942), que durante o século XVI principiaram a ser traduzidos para o castelhano os romances arturianos. O estudioso nos fala de uma literatura que se perdeu; teriam desaparecido as versões portuguesas das lendas bretãs que aparecem nos *Nobiliários portugueses*, e que deveriam ir sendo repetidas por soldados e peregrinos.

A própria novela de cavalaria ibérica, gênero editorialmente desenvolvido nos limites do XV ao XVII, e em suas formas tardias, alcançando o XVIII, chega a se transformar numa espécie de literatura de massas e tem espantoso desenvolvimento, incorporando e adaptando situações e tópicos do romance arturiano, do folclore universal, do conto popular etc. A mania destas leituras e a prática de sua transmissão era tão grande que em Espanha, por exemplo, tratou-se de proibir “esta praga” que era levada aos novos mundos, veículo de heterodoxias e desvario, em vez de edificação, conforme os censores e as autoridades.

Almir Brunetti, em tese que consultei na USP, nos diz que a lenda arturiana chegou ao Brasil e, provavelmente, por suas condições de heterodoxia continua viva e atuante, não como forma literária rígida mas como uma ideologia dinâmica e atuante.

Já há muitos anos, preferi chamar de matriz virtual a esses elementos difusos que se rearticulam, intensificando sua carga de significações, em determinados momentos.

Numa canção de Cacaso e Edu Lobo fica evidente a captação desta síntese e atualização desses elementos. Ao evocar o tema de Canudos, traz-se um tópico arturiano imprescindível – a espada na pedra – o centro mágico da rebelião:

*Quando o céu virasse a terra
como um rio sem nascente
quando a espada entra na pedra
quando o mar vira afluyente
que paixão insatisfeita
que vingança mais demente
virgem santa decaída
satanás onipotente.*

Ao contrário do conjunto das histórias de Carlos Magno, não poderia ter proeminência a figura de um rei ferido, realeza ameaçada, e de um lendário distante. Persiste, no entanto, a alusão ao rei desaparecido, e a aproximação ao sebastianismo, em todas as suas conexões e episódios como o de Pedra Bonita. A Monarquia aparece como a grande salvadora, vindo a trazer justiça e prosperidade material para todos. O rei morto e encantado e a promessa do milênio marcham juntos pelos tempos. As formulações de Joachim de Fiore, as crenças no poder do Espírito Santo, o discurso profético e anunciador, o eco repercutido da tradição judaica nas trovas do sapateiro Bandarra .

Os movimentos populares e rebeldes, tidos por heréticos ou messiânicos, A guerra do Contestado, Canudos, entre outros, vão ser o teatro/ espaço do drama, e a presença dessas duas vertentes se compatibilizam no Novo Mundo.

Em tudo isso é preciso considerar a força de tradições assentadas na oralidade, de Portugal ao Brasil. Há também de pensar o colonizador em sua diversidade e também proveniente das classes populares, depositário de uma rica tradição oral, que se perpetua aqui em condições de isolamento.

Mas há toda uma profusão de livros populares trazidos para cá, tanto o hábito de um modo de leitura especial, de um veículo impresso/oral – o dos livrinhos, folhetos, livretos já circulando na tradição popular europeia, que muitas vezes recriavam e retomavam temas e ciclos medievais, como tão bem mapea Câmara Cascudo nos seu *Cinco livros do povo* (Rio, José Olympio, 1954).

Por sua vez, há a bagagem de memória de que fazia parte o grande texto oral que inclui o conto popular e um gênero oral e dramático, tradição das mais arraigadas no universo ibérico: o Romanceiro.

O romanceiro ibérico, que no Brasil, como em outras partes da América espanhola, teria um destino excepcional: mantido em seus temas originais, e veiculado na redondilha maior, dimensão trágica do medieval, seria aqui também recriado e, em suas várias possibilidades, diretamente ligado a ciclos narrativos regionais, como os romances do ciclo do gado. Um escritor como José de Alencar vai nos trazer a recriação desses romances, o boi Surubim – o Rabicho da Geralda, do mesmo modo que vai remeter para o vaqueiro a atribuição de inteireza ética do cavaleiro medieval, como o faz em *O sertanejo*.

Tem-se, ainda o universo herdado dos jogos da oralidade – os trava línguas, as adivinhações e mesmo as cantigas de roda, muitas delas assentadas nas formas emblemáticas do medievo europeu.

Uma das modalidades mais interessantes que nos ficaram foi o *Marco*, cuja origem não está bem definida. Trata-se de uma construção poética em que um dos poetas ou cantadores constrói um castelo, vai pondo pedra a pedra e organizando o seu reduto, espécie de modelo ideal do mundo e o outro vai destruindo pedra a pedra, como é o caso do Marco de João Martins de Athayde e do Leandro Gomes de Barros. Trata-se de um diálogo entre os registos sublime e paródico, estabelecendo-se, num mundo relativamente unificado, a prática do dialógico, a alternância de vozes (em termos bahktinianos).

Há um intenso e profuso mundo de oralidade trazido pelo colonizador, que apesar do aturdimento da situação no novo mundo, do contacto com outros povos, reteve e transformou, de acordo com seu repertório.

Em *Cavalaria em Cordel* (São Paulo: Hucitec, 2 ed. 1993) aponto para a conservação de todo um léxico medieval, de panóplias de armas, armaduras, lanças e arneses, as saias de malha, os alfanges e punhais. A nobreza das espadas, a honra heroizada que tanto prestígio teria aqui entre leitores e ouvintes. Constata-se também a existência de uma operação arcaizante, do ponto de vista da linguagem, um tesouro de léxico conservado, persistência inegável de outras temporalidades, dos séculos coloniais aos nossos dias.

No rol de leituras indicado por Câmara Cascudo, no volume *Literatura Oral* (José Olympio, 1953), destaca-se a presença das histórias do *Decameron* entre nós, confirmada por todo um conjunto de folhetos, incluindo uma série recente em São Paulo, pela editora Luzeiro.

O texto religioso, a força do discurso bíblico, o texto profético, que iria ser retido e transformado, teria também um grande espaço assegurado. As vidas de santos, a recriação da tradição hagiográfica, difundida em obras de leitura freqüente no espaço familiar, como é o caso do *Flos Sanctorum*, permitindo que neste caldeirão e laboratório tudo se processasse.

Assim, o *São Cipriano*, sua vida, práticas mágicas, receitas e orações – textos que provenientes de arraigadas tradições mágicas, perseguidos pela inquisição, viriam a transformar-se em sustentação de práticas e de crenças na Umbanda. (*O Livro de São Cipriano, uma legenda de massas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993).

Alguns desses registros são bem fortes no Brasil colonial, alcançando a literatura popular impressa, que aliás passa a ser produzida na virada do séc. XIX ao XX: O da gesta guerreira, e sua reviravolta paródica, da picaresca ao gracejo, e o discurso utópico, em que se assenta a realização da abundância, e da promessa de correção do mundo. Ainda o da Conversão, que traz a retórica da Igreja através de hábitos persuasivos, reiterados também no sermão barroco, em seus componentes alegóricos.



FERREIRA, Jerusa Pires. Marcas medievais: Textos e promessas. *Léngua & meia: Revista de literatura e diversidade cultural*. Feira de Santana: UEFS, nº1, 2002, p. 64-69.

Jerusa Pires Ferreira é Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professora Associada da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Bacharel em Letras pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia em 1966; Mestre em História Social, Programa de Mestrado em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia em 1977; Doutora em Sociologia (Sociologia da Literatura), Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo em 1980; Pós-doutorado na Alemanha, onde desenvolveu pesquisa sobre o tema do Fausto, e com o qual continua trabalhando. Publicou *Livros, editoras e projetos*. (org. com Plínio Martins Filho, Maria Otília Bocchini e Jacó Guinsburg), 1997; *Fausto no Horizonte*, 1996; *Cavalaria em Cordel*, 1993; *O Livro de São Cipriano: uma legenda de massas*, 1992 (Prêmio Jabuti); *Armadilhas da Memória*, 1991.